ESTUDOS Sociedade e Agricultura

Recebido em: 6 mar. 2026 • Aceito em: 17 jul. 2026 • Publicado: 13.nov.2026

O movimento pela soberania alimentar pode realmente desempenhar um papel na transformação sistêmica? Liberdade, sociedades igualitárias e limites planetários[1]

Can the food sovereignty movement really play a role in systemic transformation? Freedom, egalitarian societies, and planetary boundaries

Morgan Ody[2]

https://doi.org/10.36920/esa34-1_01

RESUMO: Do século XIX ao final do século XX, prevaleceu a crença de que a classe trabalhadora industrial estava destinada a transformar o mundo. A ideia de que

[1] **Nota dos Editores:** Agradecemos a Morgan Ody, Saturnino Borras Jr. (Jun Borras) e aos editores do *The Journal of Peasant Studies* pela oportunidade de traduzir e publicar este artigo, disponibilizando-o para o público leitor em português.

O artigo foi originalmente publicado em *The Journal of Peasant Studies*, Published Online: 08 Sep. 2025. DOI: 10.1080/03066150.2025.2556033. O texto foi traduzido para o português por meio do ChatGPT e revisado por Ricardo Braga Brito e Leonilde Servolo de Medeiros.

Ao longo do artigo são referenciados dois eventos internacionais que, no contexto de publicação do original, ainda não tinham ocorrido: o Terceiro Fórum Nyéléni, realizado em setembro de 2025, em Kandy, Sri Lanka, e a Segunda Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural (CIRADR+20), realizada em fevereiro de 2026, em Cartagena das Índias, Colômbia.

Para mais informações sobre o Terceiro Fórum Nyéléni, ver: https://viacampesina.org/en/2026/05/the-nyeleni-common-political-action-agenda-is-finally-out

Sobre o CIRADR+20, remetemos à fala de abertura de Morgan Ody: https://viacampesina.org/en/2026/03/icarrd20-social-movements-articulate-their-vision-of-agrarian-reform-that-is-popular-integral-and-rooted-in-collective-rights/

[2] Morgan Ody é produtora rural na Bretanha, França, membro da Coordenação Europeia da La Via Campesina e Coordenadora Geral da La Via Campesina Internacional.

Artigo original • Revisão por pares duplo-cego • Acesso aberto

pequenos produtores de alimentos e povos indígenas poderiam igualmente constituir vetores de transformação sistêmica parecia herética para a maioria dos intelectuais. Ainda assim, argumentarei que a combinação entre a demanda por igualdade e liberdade, os limites planetários e a crise do modelo de industrialização criam uma situação na qual as alternativas e lutas camponesas, juntamente com outros "cuidadores da natureza", voltam a ocupar um lugar central.
Palavras-chave: Soberania Alimentar; Movimentos Sociais; Camponeses.

ABSTRACT: From the nineteenth century to the end of the twentieth century, the belief that the industrial working class was destined to transform the world prevailed. That small-scale food producers and Indigenous Peoples might similarly be the vectors of systemic transformation seemed heretical to most intellectuals. Yet, I will argue that the combination of the demand for equality and freedom, planetary limits, and the crisis of the industrialization model creates a situation in which the alternatives and struggles by peasants, along with other 'nature-carers', are regaining a central place.
Keywords: Food sovereignty; Social movements; Peasants.

Quando, há alguns anos, iniciei meu mandato como Coordenadora Geral da Via Campesina, um amigo me perguntou: "Você acha que as coisas no mundo estão indo na direção certa?" Diante da multiplicação de pandemias, aumento da fome, guerras, ascensão de políticos de extrema-direita e desastre climático, teria sido claramente difícil responder "sim". "Você acha que os movimentos sociais estão fazendo a coisa certa, que estão à altura do desafio?" Pergunta difícil. "O que seria necessário para estar à altura do desafio?" Desde então, essas questões continuam a me assombrar. Como uma das dirigentes da Via Campesina, acredito que são essas as perguntas para as quais precisamos encontrar, coletivamente, uma resposta.

O movimento camponês global já tem mais de 30 anos. Desde 1993, sem um plano pré-concebido, ele desenvolveu diversas reivindicações que se tornaram centrais no imaginário de um futuro viável e digno: soberania alimentar, agroecologia, direitos camponeses e feminismo camponês e popular. Desde sua

criação, a Via Campesina reúne organizações de camponeses e trabalhadores agrícolas com a dupla ambição de defender os interesses dos trabalhadores do campo e, ao mesmo tempo, atuar pela construção de um mundo melhor, no qual a dignidade de cada ser humano seja respeitada. Essa postura decididamente não corporativista constitui uma das diferenças importantes entre a Via Campesina e a Organização Mundial de Agricultores (World Farmers' Organisation)[3].

Nyéléni: da soberania alimentar em 2007 à mudança sistêmica em 2025

Desde 1996, a Via Campesina vem defendendo a soberania alimentar dos povos. Essa demanda surgiu inicialmente como um contraponto à "segurança alimentar", objetivo em torno do qual foram organizadas diversas Cúpulas Mundiais da Alimentação e outras conferências multilaterais. A segurança alimentar considera apenas o número de calorias necessárias para a sobrevivência, sem levar em conta os aspectos culturais e políticos da alimentação. Os promotores da segurança alimentar utilizaram o combate à fome como justificativa para pressionar os países a se abrirem à globalização econômica. Sustentavam que seria possível superar a fome por meio da especialização na produção e exportação de um número reduzido de bens ou serviços nos quais determinado país tivesse vantagem comparativa e pela importação de alimentos a baixos preços de países onde a produção agrícola fosse comparativamente "eficiente". Assim, os alimentos se tornariam baratos e os pobres poderiam comprá-los. Essa perspectiva desconsiderava que "os pobres" eram, na maioria das vezes, exatamente as populações rurais compostas por pequenos produtores de alimentos. As importações baratas destruíram seus meios de vida e aprofundaram ainda mais sua pauperização.

Em 2007, o primeiro Fórum Nyéléni pela Soberania Alimentar reuniu um amplo espectro de organizações de pequenos produtores (camponeses, pescadores artesanais, pastores, entre outros), povos indígenas, organizações ambientalistas, organizações feministas e moradores urbanos marginalizados de todo o mundo, com o objetivo de construir coletivamente uma estratégia. A definição de soberania alimentar elaborada naquele momento tornou-se uma

[3] **Nota dos Editores:** para conhecer melhor a WFO e seus objetivos, ver: https://www.wfo-oma.org/

referência central. Ela afirma a importância da produção local e "culturalmente apropriada" de alimentos, bem como a necessidade de colocar "aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no centro dos sistemas e políticas alimentares, em vez das demandas dos mercados e das corporações". Em 2015, foi organizado um segundo Fórum Nyéléni, também em Sélingué, no Mali, desta vez sobre agroecologia. O objetivo foi aprofundar as conexões entre os métodos de produção e a soberania alimentar. Em setembro de 2025, o Terceiro Fórum Mundial Nyéléni, no Sri Lanka, concentrou-se na "soberania alimentar e transformação sistêmica". Ele ampliou as alianças construídas ao longo das duas décadas anteriores em torno da demanda por soberania alimentar, buscando dotar-nos dos meios para enfrentar as gravíssimas crises que afetam a humanidade: mudança climática e crise ambiental em geral, aumento das desigualdades, ascensão da extrema-direita ao poder, guerras e genocídios. Ao mesmo tempo em que mantém um foco específico na alimentação como necessidade básica de todos os seres humanos, o Fórum Nyéléni pretende desenvolver estratégias coletivas para superar o impasse existencial associado ao capitalismo, ao imperialismo, ao patriarcado, ao racismo e à exploração extrativista da natureza.

Tempos incertos

Como movimentos sociais, quando nos propomos a discutir nossas estratégias, começamos sempre por uma análise de conjuntura. A situação atual é marcada por um elevado grau de incerteza quanto ao futuro. Evidentemente, isso não é algo novo: a história nunca deixou de nos surpreender. Hoje, a diferença é que podemos estar quase certos de que, nas próximas décadas, transformações massivas e decisivas irão perturbar o mundo e nossas vidas cotidianas em uma escala difícil de imaginar. A ruptura é previsível, mas sua trajetória é tão incerta que se torna difícil preparar-se para ela. A atitude mais comum, portanto, é esconder a cabeça na areia e fingir que "tudo pode continuar como está".

O impasse atual é caracterizado por uma contradição. O modelo econômico capitalista tecnocrático vigente depende do crescimento econômico – dos processos de extração, produção e consumo – para manter a circulação do dinheiro e a expansão do capital. Contudo, o crescimento não pode prosseguir indefinidamente em um planeta com limites finitos. Essa contradição é

particularmente aguda no campo da energia. O modelo produtivo desenvolvido no século XIX baseou-se no uso intensivo de combustíveis fósseis e se expandiu mundialmente após 1945. A explosão do consumo de petróleo, especial e historicamente no Norte Global, moldou o mundo. Os combustíveis fósseis multiplicaram as capacidades extrativas e produtivas e possibilitaram uma expansão radical da mobilidade humana e das capacidades de transporte material. No entanto, esse modelo enfrenta dois limites intransponíveis. Primeiro, embora ainda existam enormes quantidades de combustíveis fósseis no subsolo, sua extração torna-se cada vez mais cara – o retorno energético sobre investimentos (EROI, *Energy Return on Investment*) está em queda. De acordo com a Agência Internacional de Energia, o consumo de petróleo começará a declinar por volta de 2030, ainda que permaneça elevado. Segundo, esse consumo excessivo de combustíveis fósseis constitui a principal causa da crise climática.

Na tentativa de manter o uso ilimitado de petróleo, gás ou carvão, algumas nações, particularmente aquelas governadas pela extrema-direita, optam por simplesmente negar a existência da mudança climática ou sua relação com os combustíveis fósseis. Outros países e blocos, como a União Europeia ou a China, afirmam estar realizando uma "transição verde" por meio da substituição dos combustíveis fósseis por energias renováveis. Contudo, até o momento, estas têm funcionado como complemento aos combustíveis fósseis na matriz energética e não como substituição. Além disso, o fornecimento dessas energias requer a extração de recursos, minerais ou vegetais (biomassa) em níveis totalmente incompatíveis com a preservação dos ecossistemas. Em vez de degradar esses ecossistemas internamente, a União Europeia busca assegurar seus "suprimentos estratégicos" por meio da assinatura de novos acordos de livre comércio. A redução do consumo de energia implicaria uma limitação de poder e nenhum país parece disposto a abrir mão dessa vantagem. A corrida armamentista internacional retoma o vigor: os impérios contemporâneos consideram explicitamente garantir os suprimentos necessários para sustentar seu poder e seu sistema econômico (ou seu suposto modo de vida), recorrendo, se necessário, à força e à predação territorial. Um processo generalizado de remilitarização está em curso.

"Não haverá o suficiente para todos" tornou-se o credo das elites imperialistas (Orain, 2025), justificando uma perigosa inflexão ideológica. A constatação de um mundo finito, longe de conduzir a uma repartição mais justa da riqueza, está alimentando a afirmação de teses supremacistas que se poderia esperar já estarem superadas.

Camponeses impulsionando a mudança sistêmica: uma heresia?

Neste artigo, examinarei a capacidade dos movimentos camponeses de propor caminhos para se desviarem dessa trajetória perigosa. Do século XIX ao final do século XX, prevaleceu a crença de que a classe trabalhadora industrial estava destinada a transformar o mundo. A ideia de que pequenos produtores de alimentos e povos indígenas poderiam igualmente se constituir em vetores de transformação sistêmica parecia herética para a maioria dos intelectuais. No entanto, argumentarei que a combinação entre a demanda por igualdade e liberdade, os limites planetários e a crise do modelo de industrialização cria uma situação na qual as alternativas e lutas camponesas, juntamente com outros "cuidadores da natureza", voltam a ocupar um lugar central.

A primeira seção abordará o papel dos camponeses nos movimentos igualitários ao longo da história. Objetarei que, longe de constituírem uma situação excepcional, os camponeses e outras populações rurais sempre desempenharam um papel central na história das lutas por igualdade e liberdade para todos. A segunda seção discutirá como as ideologias populares conciliam liberdade, igualdade e a limitação dos recursos naturais. A terceira seção concentrar-se-á em propostas concretas dos movimentos sociais para articular igualdade, liberdade para todos e limites planetários, bem como apresentará considerações estratégicas.

Camponeses e lutas igualitárias na história

Liberdade e igualdade: uma aspiração comum nos quatro cantos do mundo

Um número crescente de antropólogos tem demonstrado que as lutas por igualdade e, mais especificamente, as lutas contra relações de dominação e servidão, sempre fizeram parte das sociedades humanas (Graeber; Wengrow,

2021). As "grandes civilizações" – chinesa, indiana, inca, asteca, grega e romana, entre outras – nas quais Estados poderosos conseguiram impor o domínio de uma elite sobre uma maioria de populações escravizadas ou semiescravizadas, eram, por um lado, cercadas por territórios onde essa dominação era contestada e, por outro, atravessadas internamente por recorrentes revoltas contra a opressão (Scott, 2009).

A aspiração por liberdade e igualdade é uma constante na história humana, assim como as tentativas contrárias, por parte de uma minoria, "príncipes" maquiavelianos ou dignitários religiosos, de impor sua dominação. Camponeses e povos indígenas em todo o mundo frequentemente desempenharam papéis centrais na resistência a essas formas de dominação, proporcionalmente à sua participação entre as populações oprimidas. Nesse contexto, o desejo por sociedades igualitárias é inseparável do desejo por liberdade, entendida não apenas como liberdades civis, mas como condição de não ser submetido à escravidão por outro ser humano. Aqui, igualdade não significa que todos sejam iguais. Ao contrário, trata-se de reconhecer a imensa diversidade dos seres humanos e o fato de que ninguém é intrinsecamente superior ou inferior a outro em dignidade. Não há razão válida, seja de gênero, idade, riqueza, posição social, religião, nacionalidade ou cor da pele, que justifique a dominação e a subjugação de um ser humano por outro. A desigualdade material importa porque disparidades extremas de riqueza frequentemente criam as condições para a dominação: aqueles desprovidos de recursos tornam-se vulneráveis ao controle ou, na prática, à escravização, por aqueles que os monopolizam.

Em diferentes contextos, os povos desenvolveram uma variedade de estratégias para limitar ou fugir da dominação e da escravidão. James Scott (2009) demonstrou que a fuga, escapar do alcance de um Estado ou governante, é uma estratégia recorrente utilizada por aqueles que buscam permanecer livres. O autor contrapõe os camponeses, subordinados a um Estado, a grupos indígenas que vivem "fora do Estado". No entanto, Scott evita cuidadosamente qualquer essencialismo étnico: ao longo da história, as pessoas frequentemente transitaram entre essas categorias, seja pela escravização, seja pela fuga. A partir dessa perspectiva, David Graeber e David Wengrow (2021) argumentam que a agricultura não conduz inevitavelmente a sociedades hierárquicas. Voltando

até 10.000 a.C., os autores demonstram que as sociedades frequentemente combinaram práticas agrícolas e de coleta, por vezes alternando-as de forma sazonal. Isso desafia a narrativa convencional de que a agricultura leva inevitavelmente à desigualdade social. Na realidade, algumas sociedades de caçadores-coletores foram altamente desiguais e baseadas na escravidão, assim como algumas sociedades agrárias conseguiram permanecer igualitárias. Os Estados só puderam se expandir e se consolidar após o desenvolvimento de determinados tipos de agricultura, frequentemente baseados no cultivo de cereais, mas isso não significa que seja impossível que sociedades cujos meios de vida se baseiam na agricultura sejam igualitárias. A desigualdade não é inevitável: ela é sempre uma construção histórica, social e política.[4]

Desigualdade radical, a emergência do liberalismo aristocrático e as lutas camponesas

A partir do século XVI, a combinação entre imperialismo, capitalismo e uma nova filosofia mecanicista permitiu que alguns Estados europeus desenvolvessem um poder em escala global por meio de um "sistema-mundo" (Wallerstein, 2004). Essa megamáquina, como sustenta Fabian Scheidler (2020), constitui o sistema técnico, econômico e político desenvolvido na Europa após a invasão das Américas, centrado na dominação, na violência organizada e na onipresença das máquinas. Ela justificou a dominação e a submissão das mulheres pelos homens por meio da consolidação de um novo patriarcado (Federici, 2021); a escravização de povos negros, asiáticos e indígenas por homens brancos, com a ascensão de doutrinas racistas, e a subjugação de todos os seres vivos por meio da imposição de uma ciência mecanicista que retratava a natureza como matéria inerte a ser dominada e explorada pelo ser humano (Merchant, 1980).

As elites europeias reativaram ideais clássicos greco-romanos, particularmente no que diz respeito à liberdade. Nessas tradições, a liberdade era reservada apenas aos homens proprietários de escravos: liberados do trabalho manual e reprodutivo, podiam dedicar-se à atividade intelectual

[4] Wengrow e Graeber (2021) desenvolvem essa tese em oposição às teorias segundo as quais a invenção da agricultura teria marcado o fim de uma idade de ouro igualitária, notadamente como contraponto à tese de Yuval Noah Hariri de que "a Revolução Agrícola foi a maior fraude da história".

e ao debate público.[5] As revoluções inglesa e americana dos séculos XVII e XVIII consolidaram essa concepção aristocrática de liberdade. A escravização de mulheres, camponeses, trabalhadores e pessoas negras, em suma, da vasta maioria da população mundial, constituía condição *sine qua non* para a existência de uma "raça de senhores", iguais entre si, no interior da qual a liberdade poderia vigorar.

A ideologia liberal desenvolvida a partir do século XVIII não se opôs a esse arranjo. Pelo contrário, chegou mesmo a justificar a intensificação da escravidão e da colonização de povoamento no continente americano e no Caribe (Losurdo, 2014). De modo semelhante, para pensadores como Locke, Burke ou Tocqueville, a manutenção, na Europa, de uma vasta maioria miserável, submetida ao jugo de um trabalho extenuante e privada de direitos civis e políticos, não contrariava seu ideal de liberdade. Ao contrário, constituía sua própria condição. Aqueles que dependiam de seu trabalho para sobreviver eram reduzidos à condição de "selvagens" ou "máquinas de trabalho" e o reconhecimento de seus direitos era visto como heresia.

Essa concepção aristocrática de liberdade, evidentemente, nunca deixou de ser contestada pelos movimentos populares. Os movimentos igualitários ao redor do mundo possuem uma rica história. Contudo, como a história é escrita pelos dominantes e a própria escrita foi criada como instrumento de dominação (Scott, 2009), poucos registros dessas revoltas populares chegaram até nós. Nos países submetidos a conquistas coloniais violentas, as populações se rebelaram em massa, frequentemente preferindo o sacrifício em lutas desesperadas a aceitar a submissão. Na Europa, no exato momento em que a megamáquina começava a se consolidar no início do século XVI, centenas de milhares de camponeses, artesãos e trabalhadores se insurgiram. Incendiaram castelos e conventos, especialmente os arquivos onde o clero e a nobreza guardavam os documentos que justificavam seus direitos sobre a terra e as corveias. A Guerra dos Camponeses Alemães (1524–1525) é talvez o primeiro evento histórico no qual as classes populares conseguiram registrar por escrito suas reivindicações e aspirações. O panfleto dos 12 Artigos de Memmingen, em particular, impresso

[5] A referência à "democracia grega" obscurece o fato de que na Grécia Antiga apenas cerca de 15% da população adulta era composta por cidadãos. Todas as mulheres e pessoas escravizadas eram excluídas dessa condição.

em milhares de cópias com o uso das técnicas tipográficas desenvolvidas por Gutenberg, expressa claramente a rejeição às desigualdades, a demanda pela escolha direta de representantes e a defesa do acesso aos bens comuns.[6]

Em 1789, a Revolução Francesa, inicialmente conduzida, assim como as revoluções inglesa e americana, por aristocratas de orientação liberal, rapidamente tomou outro rumo. Às influências intelectuais inglesas e norte-americanas somaram-se outras, frequentemente subestimadas: as de intelectuais indígenas das Américas (Graeber; Wengrow, 2021) que, ao confrontarem os colonizadores europeus, formularam críticas contundentes a um modelo social que escravizava e excluía politicamente a maioria da população. Essas críticas contribuíram para redefinir o debate europeu sobre o significado de liberdade e igualdade. Enquanto o povo de Paris tomava a Bastilha, os camponeses, por todo o território francês, se levantavam e incendiavam castelos e mosteiros que monopolizavam a terra e utilizavam trabalho forçado (Lefebvre, 2014). A pressão revolucionária foi tal que a divisão da sociedade em "castas" (clero, nobreza e Terceiro Estado) foi abolida e, em 4 de agosto, decretou-se o fim dos privilégios. Contudo, os intensos debates e sucessivos recuos sobre a escravidão deixaram claro que aqueles que defendiam a liberdade apenas para a "raça senhorial" estavam longe de ser derrotados. A escravidão foi formalmente abolida em 1789, mas os colonos de Saint-Domingue (atual Haiti) recusaram-se a cumprir a medida, ameaçaram se alinhar aos Estados Unidos e encontraram poderosos aliados em Paris.

A Revolução Haitiana acabaria sendo a mais bem-sucedida das revoluções atlânticas, abolindo definitivamente a escravidão e proclamando a igualdade de todos, independentemente da cor da pele. Na França, Napoleão restabeleceu a escravidão em 1802. As três chamadas potências "liberais" (Inglaterra, Estados Unidos e França) formaram uma frente comum contra a primeira república negra, a única que consagrou os princípios da dignidade e da liberdade iguais para todos os seres humanos. As revoluções bolivarianas contra o império espanhol oscilaram, por um tempo, entre dois modelos: o norte-americano,

[6] Artigo 3 dos 12 Artigos de Memmingen: "Até agora tem sido costume que alguns de nós sejam reduzidos à servidão, o que é contrário a toda misericórdia, visto que Cristo nos redimiu a todos com o derramamento de seu precioso sangue, tanto o pastor quanto o mais elevado, sem qualquer exceção. Portanto, as Sagradas Escrituras declaram que somos todos livres e queremos permanecer livres". Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Twelve_Articles.

pró-escravidão e dominado pelos colonizadores, e o haitiano, igualitário. A visita de Bolívar ao Haiti e o envio de milhares de soldados haitianos para apoiar a independência da Colômbia contribuíram para inclinar a balança em favor do modelo igualitário.

Camponeses: da luta pela igualdade ao instrumento da reação

É nesse contexto de intensas lutas por liberdade e igualdade para todos, enraizadas em uma realidade colonial globalizada, que a Revolução Industrial alterou profundamente o campo de possibilidades.

A partir do século XIX, a confiança no progresso técnico e a enorme energia proporcionada pelos combustíveis fósseis permitiram imaginar que todos os seres humanos seriam libertados do "reino da necessidade". Isso representou uma inversão significativa na história das ideias (Berlan, 2021). O "desenvolvimento das forças produtivas" tornava possível conceber a superação da contradição entre liberdade e igualdade, na qual a liberdade de alguns pressupunha a servidão de outros. A emancipação humana passaria pelo domínio das forças da natureza, domesticadas pelo engenho da ciência moderna. "Não podemos abolir a escravidão sem a máquina a vapor", afirmava Marx.[7] O marxismo, assim como muitas vertentes do positivismo, sustentava que, ao liberar as forças produtivas, o progresso permitiria libertar coletivamente a humanidade do trabalho extenuante e abrir caminho para o "reino da liberdade".

A articulação entre o ideal igualitário e a lógica do desenvolvimento industrial levou à atribuição de um papel histórico central à classe trabalhadora industrial. Em contrapartida, povos indígenas e camponeses passaram a ser vistos como reacionários, por serem considerados mais resistentes à adoção das técnicas associadas à industrialização, frequentemente percebidas por eles como formas de alienação (Jarrige, 2014). A relação com a natureza e com a vida cotidiana está no cerne dessa contradição. Os pensadores da modernidade concebem a natureza como uma máquina ou um corpo inerte que os seres humanos podem utilizar à vontade e do qual podem extrair

[7] Karl Marx. A Ideologia alemã, citado em Berlan (2021, p. 111).

legitimamente aquilo de que necessitam. "Tornar-se senhor e possuidor da natureza", como propunha Descartes, tornou-se um credo compartilhado pelos modernos. Em contraste, povos indígenas e camponeses, cujo cotidiano está ligado aos ciclos da vida, mantêm uma visão orgânica, simbiótica e até cosmológica da natureza.

Assim, embora camponeses e povos indígenas tenham participado, ao longo da história, das lutas por sociedades mais igualitárias, a partir do século XIX esse papel foi desvalorizado e invisibilizado. Difundiram-se argumentos sobre o caráter intrinsecamente conservador desses grupos. Paradoxalmente, na Europa, esse processo foi reforçado pela integração progressiva das classes trabalhadoras, majoritariamente camponesas, ao corpo cívico. No final do século XIX, em muitos países europeus, todos os homens brancos adultos passaram a ter direito ao voto. Tornou-se então imperativo, para aqueles que aspiravam a cargos públicos, conquistar o apoio da maioria camponesa. As classes dominantes, que haviam constantemente desprezado os camponeses, considerando-os como bestas incultas e brutais, em suma, relegando-os a uma condição sub-humana, passaram a cortejar esse novo eleitorado. As mulheres permaneceram excluídas da comunidade dos "homens livres" e novas teorias raciais "científicas" emergiram para justificar a exclusão de pessoas não brancas. As fronteiras da "comunidade dos homens livres" foram redefinidas, abrindo espaço para homens brancos da classe trabalhadora, ao mesmo tempo em que reforçavam a desumanização de mulheres e de povos não brancos. A nova exaltação dos camponeses franceses, italianos ou alemães, apresentados como símbolos da "nação", também serviu para dividir o povo entre o "bom camponês trabalhador" e o "mau operário revolucionário", legitimando a repressão ao movimento operário.

Os regimes fascistas e nazistas exploraram amplamente esses mecanismos de propaganda nas décadas de 1920 e 1930. Mais uma vez, a glorificação de uma "raça superior", agora estendida aos homens camponeses brancos, permitiu rejeitar a demanda por liberdade universal e justificar a opressão de mulheres e de outros povos, desta vez com base em argumentos nacionalistas (como a "raça alemã" e seu "*Lebensraum*", que legitimavam a expansão imperialista e a subjugação dos povos eslavos), articulados a ideologias sexistas e racistas.

Declaração Universal dos Direitos Humanos e descolonização

Após a Segunda Guerra Mundial, a derrota das potências fascistas e nazistas e de seus colaboradores nos países ocupados permitiu uma mudança profunda na correlação de forças. Comunistas e anarquistas, que haviam participado ativamente da luta contra as potências do Eixo, encontravam-se em posição de força para impor sistemas sociais mais igualitários. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada em 1948 pela recém-criada Organização das Nações Unidas, consagrou, pela primeira vez, a igualdade de todos os seres humanos, independentemente de sexo, nacionalidade, cor da pele ou religião. A importância dessa declaração não pode ser subestimada. Juntamente com a Carta das Nações Unidas, que reconhecia o direito dos povos à autodeterminação, ela desferiu um golpe significativo na estrutura colonial mundial. Evidentemente, as elites coloniais não estavam dispostas a abrir mão de seus privilégios com facilidade, mas a base ideológica da dominação imperialista foi profundamente abalada.

As guerras de independência foram impulsionadas por uma convicção compartilhada de que a história avança em direção à liberdade, à igualdade e à autodeterminação dos povos. A Constituição indiana, adotada em 1949, após a retirada britânica, é representativa desse momento. Ela afirma:

> Nós, o povo da Índia, tendo solenemente decidido constituir a Índia como uma república soberana e democrática e assegurar a todos os seus cidadãos justiça social, econômica e política; liberdade de pensamento, expressão, crença, fé e culto; igualdade de status e de oportunidades.

Entre 1950 e 1970, não apenas a maioria dos povos do mundo conquistou sua independência (com exceções notáveis, como a Palestina), como também a competição entre o bloco soviético e o bloco capitalista levou a melhorias significativas nas condições de vida das classes trabalhadoras em muitos países. Nos Estados Unidos, por exemplo, a tributação sobre as rendas mais altas atingiu 91% após 1945.[8] Na França, a criação da seguridade social em 1945 garantiu acesso universal à saúde. Na China, Coreia e Japão, reformas

[8] "Roosevelt elevou a alíquota marginal para 63% em 1932, 79% em 1936 e, posteriormente, para 91% a partir de 1941, nível que foi mantido até 1965, quando foi reduzido para 77%" (Piketty, 2009).

agrárias redistributivas asseguraram o acesso à terra a centenas de milhões de camponeses.

Esse movimento histórico não impediu, contudo, que os Estados ocidentais continuassem a defender um modelo "liberal" que exalta a liberdade formal, mas se recusa a reconhecer as condições materiais necessárias para o exercício pleno dessa liberdade por todos. É preciso reconhecer que a retórica da igualdade foi reiteradamente desmentida pelas políticas efetivamente implementadas pelas classes dominantes, especialmente pelos governos ocidentais que, desde 1945, se apresentavam como guardiões dessa nova ordem. A lista de exemplos de tal hipocrisia é extensa: das guerras coloniais na Argélia e no Vietnã às intervenções no Iraque e na Líbia. Ainda assim, ao longo das décadas, tornou-se cada vez mais difícil justificar a ordem existente com base em ideias como a superioridade de uma raça sobre outra ou a inferioridade das mulheres em relação aos homens. O *apartheid* na África do Sul passou a ser visto como completamente anacrônico. Pessoas *queer* e trans, historicamente marginalizadas, começaram a ter seus direitos reconhecidos. Assim, a luta pela igualdade entre todos os seres humanos parecia ter avançado.

O desenvolvimento das forças produtivas diante do limite dos limites planetários

Esses avanços em termos de liberdade e igualdade, embora profundamente incompletos, ocorreram em um contexto de crescimento econômico excepcional. O consumo de combustíveis fósseis entre 1945 e 2010 cresceu de forma exponencial. Os níveis de produção de bens manufaturados dispararam. A mobilidade por trem, automóvel e avião expandiu-se drasticamente. Durante essas décadas, a crença na capacidade de responder aos desafios sociais por meio de soluções técnicas seguiu incontestada. O desenvolvimento seria generalizado em todo o mundo e todos, seja por meio do modelo comunista ou capitalista, alcançariam em breve o "reino da liberdade" graças ao desenvolvimento das forças produtivas.

Em 2025, torna-se evidente que essa fé em um futuro melhor foi produto de um período aberrante da história humana. Os "tecno-solucionistas" continuam a insistir que as inovações tecnológicas resolverão todos os

problemas. No entanto, a maioria dessas "soluções" apenas intensifica a degradação da biodiversidade e a exploração dos territórios. A bioeconomia baseia-se no uso massivo de biomassa para substituir combustíveis fósseis e materiais petroquímicos, aprofundando a exploração imperialista e extrativista. Organismos geneticamente modificados "adaptados ao clima" são promovidos sob o pretexto de reduzir emissões e se adaptar às novas condições climáticas, mas ampliam a expropriação de camponeses e povos indígenas. A geoengenharia afirma ser capaz de sequestrar carbono em larga escala, mas ao custo de riscos irreversíveis para os ecossistemas marinhos e outros. Algumas soluções parecem atraentes no curto prazo, mas aumentam drasticamente os riscos no futuro, como a energia nuclear, para cujos resíduos ainda não existe uma solução definitiva e que constitui uma espada de Dâmocles para as populações próximas às usinas em contextos de conflito militar. Evidentemente, pesquisas que aliviem o esforço do trabalho ou que contribuam para a regeneração dos ecossistemas devem ser apoiadas. Contudo, a crença de que a ciência e a tecnologia nos ajudarão a achar *a* solução para a contradição do capitalismo já se esgotou.

A esperança de uma liberdade generalizada por meio do desenvolvimento das forças produtivas chocou-se contra o muro dos limites planetários. A crise climática, o desaparecimento de insetos e aves, a desertificação dos solos, a poluição dos oceanos por plásticos, todos esses aspectos da crise ecológica evidenciam o impasse do modelo de produção capitalista-industrial. Em termos de bem-estar humano, esse modelo também demonstrou seu fracasso. Longe de promover melhores condições, doenças associadas à degradação ambiental e a dietas baseadas em ultraprocessados estão se tornando cada vez mais comuns. O isolamento social, o estresse e a perda de referências culturais geram um profundo mal-estar para grande parte da população. As condições de trabalho permanecem extremamente precárias para a maioria dos trabalhadores, especialmente nos países do Sul Global.

Algumas elites continuam a exaltar as virtudes de um crescimento impulsionado pela digitalização, prometendo que a riqueza eventualmente "gotejará" para as classes trabalhadoras. No entanto, poucos ainda acreditam nisso, sobretudo quando as mesmas estruturas de poder que produziram

profundas desigualdades sociais permanecem intactas e firmemente no controle dessa utopia tecnocrática projetada.

Reinventando a liberdade e a igualdade para todos na era dos limites planetários

Finitude do mundo e o retorno das ideologias desiguais

Arnaud Orain (2025) desenvolve a tese de que já não estamos mais na era do "neoliberalismo", que prevaleceu entre 1945 e 2010, mas que o capitalismo entrou em uma nova fase, o "capitalismo da finitude". O livre comércio e a concorrência perderam seu papel central e os impérios passam a basear seu poder na renda e em trocas realizadas no interior de seus próprios "silos coloniais", fechados às trocas com outros blocos. Os oceanos voltaram a ser espaços altamente militarizados e disputados. O aumento dos gastos militares é o sinal mais evidente dessa mudança de regime no interior do capitalismo.

O que se observa em todo o mundo é que o reconhecimento da finitude dos recursos é amplamente compartilhado. Como os ricos se recusam a renunciar ao enriquecimento e ao poder crescentes, esse enriquecimento só pode ocorrer às custas de todos os demais. Assim, em nome do "crescimento econômico", da "competitividade" ou do "poder nacional" e da necessidade de se armar para resistir a (escolha-se o bode expiatório) terroristas/Rússia/muçulmanos etc., impõem-se políticas de austeridade à maioria. "É preciso fazer sacrifícios" tornou-se o credo das elites governantes, dirigido às classes trabalhadoras e médias, nunca aos milionários e bilionários. As desigualdades econômicas e sociais explodiram nos últimos anos, levando, de forma previsível, a revoltas populares do Chile a Nairóbi, dos Estados Unidos à Índia, da França ao Haiti. Desde 2016, o número de pessoas em situação de fome voltou a crescer. Para conter a indignação de populações cujas condições de vida se deterioram dia após dia, governos ligados a oligarquias têm demonstrado pouca hesitação em violar princípios como a liberdade de expressão, o direito ao protesto pacífico ou mesmo em cancelar eleições quando seus resultados ameaçam seus interesses. Liberdades civis e políticas, que até recentemente eram exaltadas por países que se autodenominam "democracias liberais", vêm

sendo progressivamente marginalizadas em nome da defesa dos interesses dos super- ricos.

No cerne da ideologia dos líderes libertários que chegaram ao poder nos últimos anos – Bolsonaro no Brasil, Milei na Argentina, Trump e Musk nos Estados Unidos – encontra-se uma visão notavelmente semelhante à dos pensadores liberais dos séculos XVIII e XIX: liberdade, sim, mas apenas para a "casta dos senhores"; a propriedade privada é o único direito verdadeiramente sagrado e tudo o mais deve se submeter a essa lógica. Em todo o mundo, lideranças de extrema-direita atacam diretamente os ideais de igualdade, retomando discursos de superioridade masculina e branca e desumanizando seus inimigos (como quando palestinos são tratados como "animais"), em contextos diversos, da Hungria de Orbán à Índia de Modi e, evidentemente, a Israel de Netanyahu.

Da mesma forma, essa internacional reacionária retoma as perspectivas mecanicistas de Bacon e Descartes sobre a natureza e o mundo vivo. Ao longo do século XX e nas primeiras décadas do século XXI, a maioria dos cientistas da vida abandonou essa visão mecanicista, adotando concepções mais orgânicas e indeterminadas da natureza e dos "não humanos", o que, em muitos aspectos, confirma saberes tradicionais camponeses e indígenas (ignorados pelos ideólogos contemporâneos da extrema-direita). O supremacismo racial, religioso e de classe corresponde a um supremacismo humano sobre a natureza. Essas teses frequentemente se revestem de um discurso religioso que justifica o extrativismo e a exploração da natureza com base na ideia de que Deus teria criado o mundo a serviço de uma raça superior, sendo "pecado" não o explorar ao máximo.

Utopias transumanistas e distopias reais

Devemos levar a sério o que afirmam teóricos da nova extrema-direita, como Peter Thiel e outros pensadores do transumanismo: aqueles que recusarem ou não tiverem acesso às tecnologias que lhes permitem se tornar "humanos aumentados" serão reduzidos à condição de "chimpanzés do futuro" (Collectif Pièces et Main d'oeuvre, 2023), sendo excluídos da "comunidade dos homens livres". Elon Musk e seus aliados propõem transformar a Terra em

uma área natural protegida e transferir os seres humanos (ao menos aqueles selecionados para serem salvos) para módulos espaciais. A Terra se tornaria um espaço de lazer para os super-ricos. Em outra versão dessas fantasias tecno-aristocráticas, a Terra se tornaria totalmente inabitável, sufocada por um calor insuportável, sendo utilizada como depósito de resíduos dos "super-humanos" transferidos para outro planeta, onde viveriam em um ambiente totalmente artificial, enquanto a massa da humanidade, o "excedente", seria abandonada à própria sorte em um planeta inabitável. Em ambas as versões, prevalece um regime de *apartheid*, separando novamente uma "casta de senhores" de uma classe inferior cuja humanidade é negada, concedendo todos os direitos a uns e nenhum a outros, legitimando plenamente o uso da violência para esmagar qualquer reivindicação por justiça.

Esse é, em linhas gerais, o futuro imaginado pelos novos senhores do mundo. As imagens de Gaza, devastada por bombardeios israelenses, e a situação dos palestinos, submetidos à fome pelo bloqueio humanitário e pela destruição das estruturas agrícolas, privados de direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais, separados por muros e cercas, e alvo de uma brutal desumanização nos meios de comunicação ocidentais, aparecem como um prenúncio sombrio do que pode aguardar a maior parte da humanidade, a menos que a ascensão dessas forças libertárias, transumanistas e reacionárias de extrema-direita seja rapidamente contida. O presidente colombiano Gustavo Petro advertiu, em 2023: "O que vemos na Palestina será também o sofrimento de todos os povos do Sul" (Petro, 2023a). Segundo ele, o Ocidente continuará a defender seu hiperconsumo e seu padrão de vida, mesmo que sustentados pela destruição da atmosfera e do clima, plenamente consciente de que tal devastação provocará migrações em massa do Sul para o Norte. Ainda assim, esse sistema, lembra Petro (2023b), "está disposto a responder com a morte para defender a bolha de consumo dos ricos do planeta, voltando as costas para toda a humanidade, cuja maioria, como as crianças de Gaza, é considerada descartável".

Uma concepção popular de liberdade

Diante desse desastre, ao mesmo tempo previsto e já em curso, os movimentos sociais têm a responsabilidade de oferecer à humanidade outro

futuro possível, baseado na dignidade e liberdade iguais para todos, no acesso universal aos bens e serviços necessários para uma vida decente e no cuidado com a natureza e todos os seres vivos. A Via Campesina assumiu diretamente essa tarefa, afirmando, em sua 8ª conferência em Bogotá, que "diante das crises globais, estamos construindo a soberania alimentar para assegurar um futuro para a humanidade". Em setembro de 2025, com o Fórum Nyéléni sobre Soberania Alimentar e Transformação Sistêmica, o objetivo é reunir uma ampla frente de movimentos sociais, ONGs, sindicatos, organizações feministas e ambientais, artistas e pesquisadores para responder a esse desafio.

Mais uma vez, enfrentamos uma questão central: como articular liberdade e igualdade? Diferentemente do século XIX, tornou-se difícil imaginar que o progresso tecnológico e a abundância energética baseada no carvão e no petróleo libertarão a humanidade do "reino da necessidade". Isso não ocorreu nas últimas décadas, quando a energia parecia abundante, e é ainda menos provável no futuro próximo, marcado por severas restrições energéticas. Como evitar, então, a reprodução do modelo no qual a liberdade de alguns depende da servidão da maioria, condenada ao trabalho extenuante para garantir que a minoria tenha ócio e lazer para pensar, debater e participar da vida pública?

Suspeito que não basta abordar apenas os aspectos materiais dessa equação. Tentamos expulsar a questão da liberdade pela porta, mas ela retorna pela janela. Se a liberdade for entendida como a possibilidade de se livrar do trabalho necessário para se alimentar, viver em um ambiente limpo e ter moradia, se o ideal for relaxar na beira da piscina e tomar um coquetel (é uma caricatura, mas é o ideal de vida apresentado pelas publicidades)[9], então isso implica necessariamente a escravidão de outros seres humanos ou a exploração da natureza.

Mas quem disse que liberdade significa não sujar as mãos?

É necessário romper com essa concepção nociva de liberdade, imposta por gerações de pensadores aristocráticos. Seus livros, ideias e valores foram amplamente difundidos, contaminando o conjunto do espaço social. A

[9] Os sociólogos alemães Ulrich Brand e Markus Wissen se referem a isso como o "modo de vida imperial".

tendência de imitar os comportamentos, estilos de vida e padrões de consumo das elites (Veblen, 1899), incentivada por um exército de propagandistas, da escola aos jornais, da publicidade às séries de televisão, dos *videogames* às redes sociais, levou as classes trabalhadoras, não por inteiro, mas uma grande parte, a adotar esse ideal, sem perceber que elas mesmas são as escravizadas que servem o coquetel e limpam a piscina.

Em oposição a essa visão aristocrática, existem múltiplas tradições intelectuais populares ao redor do mundo. Essas tradições afirmam que a liberdade não é incompatível com o trabalho manual nem com o cuidado mútuo com a Terra e com os seres vivos. Há uma ampla tradição democrática, especialmente fora da Europa, que valoriza o debate público e a construção de consensos, na qual é urgente nos inspirarmos (Sen, 1999; Graeber, 2005).

Aurélien Berlan propõe um "imaginário revolucionário da subsistência". Segundo ele:

> A autonomia material cujos contornos procuro delinear não se baseia no sonho individualista de se libertar das restrições ligadas à interdependência que caracteriza a condição terrestre: trata-se de uma autonomia na interdependência, que pressupõe que dependemos estruturalmente uns dos outros para garantir nossa subsistência. Aquilo de que buscamos nos emancipar não são as dependências materiais e sociais em si, mas aquelas que nos colocam 'à mercê' de outros, conferindo-lhes um poder discricionário e arbitrário sobre nós; essa é a definição de opressão (Berlan, 2021, p. 170).

A combinação entre a demanda por igualdade e liberdade para todos, os limites planetários e a crise do modelo de industrialização explica por que, no início do século XXI, um movimento camponês pode se constituir como uma das principais vanguardas do movimento global por transformação sistêmica. Aqueles que sujam as mãos e realizam o trabalho de cuidado devem ter voz ativa na definição dos rumos de nossas sociedades.

Feminismo camponês e popular: outra concepção de liberdade

Essas tradições intelectuais populares raramente são transcritas em livros, mas aparecem em canções, artes populares e práticas cotidianas. Assim, frequentemente são os/as antropólogos/as os chamados a "traduzir" essas

ideias por meio de artigos ou livros, muito mais do que os/as filósofos/as ou economistas. Graeber e Wengrow (2021) fornecem vários exemplos de povos que claramente enfatizam esses valores e organizam sua vida coletiva de forma a limitar o risco do surgimento de um poder opressor. Eles mostram que uma constante nas sociedades igualitárias é o papel central das mulheres, sua participação na vida pública e a valorização das tarefas reprodutivas.

Como ocorre frequentemente, as ideias mais poderosas emergem simultaneamente em diferentes contextos culturais, sem relação entre si, e, ao fazê-lo, seu eco ressoa em todos os lugares, adornado por variados acentos e enriquecido pela diversidade de formas que assume nos múltiplos territórios, costumes e línguas. É o caso do feminismo camponês e popular. As mulheres da Via Campesina na América Latina, fortalecidas por suas trocas entre mulheres camponesas, trabalhadoras rurais e indígenas, apresentaram ao movimento camponês global uma demanda que se contrapõe a certo feminismo ocidental, burguês e urbano. O feminismo burguês exige para as mulheres os mesmos direitos e prerrogativas que os homens possuem: o modelo a ser alcançado é a vida masculina, liberada do trabalho doméstico, do cuidado com crianças e idosos, ganhando a vida como empregada (executiva, se possível), capaz de comprar aparelhos domésticos que cozinhem e limpem, ou, melhor ainda, pagar uma empregada doméstica e uma babá para buscar as crianças na escola. Consiste em eliminar o trabalho manual e reprodutivo, transferindo-o para máquinas (domínio das forças da natureza) ou para outras pessoas "a serviço", geralmente outras mulheres.

Em contraste, o feminismo camponês e popular coloca o cuidado com os outros e com o meio ambiente no centro das sociedades humanas e da boa vida. Em vez de querer expulsá-lo de nossas vidas para nos livrar de restrições, postula que a liberdade está inscrita em nossa materialidade e que as tarefas essenciais para atender às nossas necessidades físicas podem ser realizadas sem submissão a outro ser humano. Ser livre é simplesmente não ser escravo de outro.

Naturalmente, esse feminismo não minimiza a carga de trabalho que realmente recai sobre as mulheres em sociedades patriarcais. Quando os homens se recusam a fazer sua parte do trabalho doméstico e do cuidado

infantil, posicionam-se em relação às mulheres como senhores em relação a seus escravos. A distribuição equitativa do trabalho reprodutivo é um pré-requisito. Deve levar em conta realidades físicas: são as mulheres que dão à luz e amamentam, mas essa evidência de forma alguma impede uma distribuição justa das tarefas de cuidado. As habilidades para cozinhar, trocar fraldas ou varrer o chão nunca dependeram do sexo da pessoa.

Na Via Campesina, se o feminismo camponês e popular se origina das mulheres camponesas da América Latina, ele ressoa as ideias desenvolvidas por Maria Mies e Veronika Bennholdt-Thomsen, duas alemãs que são em parte camponesas e em parte pesquisadoras e que desenvolveram um raciocínio muito semelhante baseado nas realidades da vida camponesa na Europa Central, mas também através de trocas com mulheres rurais de outros continentes, especialmente do Sul da Ásia. No livro *Subsistence* (1999), elas relatam o encontro com Hillary Clinton, que veio difundir a boa palavra do feminismo ocidental para mulheres rurais em Bangladesh. As mulheres bengalis, ao saber que Hillary Clinton não possuía uma vaca, compadeceram-se dela e concluíram: "coitada, deve depender do marido". Elas chamam esse feminismo, baseado na centralidade das tarefas de subsistência e na promoção da autonomia material das mulheres de "eco-feminismo".

Asterix e a luta contra um aeroporto

Mesmo na Europa, profundamente marcada pela tradição intelectual elitista, essa aspiração por liberdade e igualdade permeia profundamente as culturas populares.

No século XX, uma história em quadrinhos gozou de grande sucesso popular na França e internacionalmente: *Asterix e Obelix*. Ela narra a história de uma aldeia gaulesa que resiste às tropas do Império Romano de Júlio César. Os aldeões têm a sorte de possuir uma poção mágica que, quando ingerida, lhes confere força extraordinária. Os episódios da história em quadrinhos apresentam dois temas recorrentes: ou os romanos decidem adotar uma nova estratégia para subjugar os gauleses e então os aldeões precisam se organizar para se defender, ou outro povo, também atacado pelos romanos, pede ajuda e Asterix e Obelix partem em uma jornada. A própria aldeia é profundamente

igualitária. Há, de fato, um "líder", mas ele parece completamente impotente para impor qualquer coisa aos outros.[10] Cada personagem realiza uma tarefa, mas não há chefe. A vida comunitária é muito rica e todos os aldeões participam da "vida política", frequentemente caricaturada em discussões que terminam em brigas generalizadas. A história em quadrinhos não se destaca propriamente pelo feminismo, mas, ainda assim, mostra uma sociedade em que as mulheres participam ativamente de todas as atividades, desde banquetes e debates até batalhas. A maioria dos outros povos não submetidos ao Império Romano que Obelix e Asterix visitam (corsos, helvécios, lusitanos etc.), também são sociedades igualitárias. A hospitalidade desempenha um papel importante: a aldeia gaulesa frequentemente acolhe estrangeiros e, quando viajam, Asterix e Obelix sempre são bem recebidos, ganhando boas refeições.

A seu modo, *Asterix* apresenta uma "tradição popular" centrada em uma sociedade igualitária, na luta contra o imperialismo e na solidariedade internacional. Essa tradição pode parecer inofensiva ou até uma ilustração de chauvinismo francês, mas, ainda hoje, inspira lutas políticas. No oeste da França, não muito longe do local que o mapa da história em quadrinhos indica como sendo a "aldeia gaulesa", o Estado francês tentou construir um aeroporto, confiscando terras de agricultores na comuna de Notre Dame des Landes. Desde os anos 1970, uma resistência de longo prazo foi organizada pelos camponeses para defender o território contra o projeto imposto. Por volta dos anos 2000, centenas de jovens ativistas ambientais juntaram-se à luta, transformando o território em uma ZAD[11]: "zona a defender" através da ocupação de terras e ações diretas contra grandes infraestruturas inúteis. Em 2012, o governo decidiu enviar mais de 1.200 policiais para desalojar os agricultores resistentes e os numerosos "zadistas" que haviam se instalado no local para resistir. A operação policial foi chamada de "Operação César". Imediatamente, os opositores do aeroporto lançaram a "Operação Asterix", que galvanizou a resistência: pessoas vieram de toda a França e de outros países, como Bélgica, Alemanha e País

[10] Nesse aspecto, ele se assemelha muito aos "chefes" ameríndios descritos por Pierre Clastres (1974).

[11] ZAD originalmente significa zona a ser desenvolvida ("zone à développer") na linguagem burocrática. Esse termo foi reaproveitado pelos ativistas para significar Zona a Defender ("Zone à Défendre"). Desde então, o movimento ZAD se espalhou por toda a França e pelo oeste da Europa, em oposição a planos de construção de barragens, rodovias e instalações de lixo nuclear, entre outros riscos ecológicos.

Basco, para defender esse pequeno pedaço de território. Seis meses depois, a Operação César declarou-se fracassada e o governo estabeleceu uma comissão de mediação. Em 2018, o projeto do aeroporto foi definitivamente abandonado.

Decrescimento e movimentos camponeses

Nas últimas décadas, surgiu uma corrente de pensamento sobre o "decrescimento" que procura teorizar a limitação do consumo, especialmente, claro, nos países do Norte e para as classes ricas e médias, a fim de atingir um nível compatível com os limites planetários. A teoria do *Doughnut* (Rosquinha) tornou-se popular graças a uma metáfora atraente: o consumo das sociedades humanas deve situar-se acima dos limites mínimos de uma vida decente (em termos de alimentação, energia, direito à mobilidade, educação, saúde etc.). Esta é a parte interna da rosca. Abaixo dos níveis insustentáveis para a saúde dos ecossistemas, está a parte externa (Raworth, 2017).

Essa teoria tem a vantagem de considerar todos os seres humanos, preservando a igualdade e o ideal "progressista" de emancipação humana, e de levar a sério a crise ecológica. No entanto, apesar de algumas afinidades óbvias entre as correntes do decrescimento e os movimentos camponeses, esses dois movimentos parecem ignorar-se mutuamente. Diversas hipóteses podem explicar isso: a primeira é o desconhecimento mútuo. Os movimentos de decrescimento, principalmente do Norte global, são urbanos, muito intelectuais e amplamente provenientes das classes burguesas, enquanto os movimentos camponeses são predominantemente rurais, do Sul global e enraizados nas classes trabalhadoras. Outra razão pode estar nas concepções de mudança social de cada um. Por um lado, os movimentos camponeses organizam suas ações em torno da mobilização social, vista como estratégia central para mudar o equilíbrio de poder e, assim, impor mudanças nas estruturas sociais mais favoráveis à população. Por outro, o movimento de decrescimento é composto por uma tendência centrada na "simplicidade voluntária", que promove a saída individual (ou em pequenos coletivos) do estilo de vida consumista, e outra tendência mais intelectual que parece acreditar que a batalha de ideias é suficiente para convencer as elites a abrir mão de seus privilégios pelo bem da maioria e do futuro do planeta. No entanto, ambas

as estratégias são problemáticas. A primeira ignora o sistema de opressão que impede a grande maioria das pessoas de se libertar da dependência do sistema capitalista. Somente os mais ricos podem comprar um pedaço de terra para realizar seu sonho de "simplicidade". A segunda parece muito ingênua quanto à capacidade das classes dominantes de se interessarem pelo destino da maioria sem serem pressionadas.

Por fim, também é importante notar uma diferença de perspectiva: o decrescimento foca no consumo e nos consumidores, enquanto os movimentos camponeses focam na produção e nos produtores. Do ponto de vista do consumidor, consumir menos energia significa consumir menos. Porém, do ponto de vista do camponês, consumir menos energia frequentemente significa trabalhar mais, porque muitas das máquinas agrícolas movidas a petróleo substituíram o trabalho humano. Qualquer alternativa viável ao sistema capitalista deve levar em conta o papel central de produtores e trabalhadores; caso contrário, há um alto risco de que a transição energética resulte em uma nova forma de escravidão das massas.

Feito esse importante esclarecimento, os avanços do decrescimento, particularmente no que diz respeito à análise crítica da ciência e da tecnologia, aos fenômenos de mimetismo consumista e à crítica da arrogância e do desejo de poder presentes na cultura moderna, merecem ser melhor conhecidos pelos movimentos camponeses, a fim de alcançar uma transformação sistêmica genuína.

Construindo uma perspectiva de mudança social centrada no cuidado e na autonomia

Essa concepção de liberdade enraizada na materialidade da vida humana nos permite delinear uma perspectiva de futuro que combine uma vida boa, livre e digna para todos os seres humanos, com a preservação da natureza. Ela nos permite, para imaginar um futuro viável, ir além dos conceitos construídos no século XIX, baseados no desenvolvimento industrial e no aumento da capacidade de exploração dos recursos naturais.

Os movimentos sociais do século XXI devem fazer parte da continuidade das lutas populares que, há milhares de anos e em todos os continentes,

defenderam a dignidade igual de todos os seres humanos e rejeitaram a servidão. Ao mesmo tempo, defendem uma distribuição justa das tarefas necessárias à vida da comunidade, colocando no centro de sua existência o cuidado com os seres vivos e com o meio ambiente.

Quais são as principais mudanças necessárias para alcançar essa "transformação sistêmica"?

As propostas de mudança conectam a soberania alimentar, entendida como o poder dos povos de controlar uma das condições fundamentais da vida material, com a transformação sistêmica, definida como o desmantelamento dos sistemas dominantes de opressão atuais: capitalismo, imperialismo, racismo, patriarcado e extrativismo. O objetivo é fortalecer a soberania dos povos em todas as dimensões.[12]

A seguir, estão cinco ações concretas que os movimentos sociais consideram importantes para alcançar a transformação sistêmica.

Primeiro, lançar uma nova onda internacional de reformas agrárias. No século XIX, os abolicionistas nos EUA defendiam que, para realmente acabar com a escravidão, cada pessoa deveria receber "quarenta acres e uma mula". Para evitar que pessoas recém-libertas da servidão, mas sem propriedade, se encontrassem imediatamente à mercê de grandes fazendeiros brancos, forçadas a serem contratadas por um patrão para sobreviver, cada família deveria ter direito a um lote de terra e às ferramentas básicas de produção para tornar a terra produtiva. Hoje, no século XXI, a equação não mudou. O direito de cultivar a terra e colher seus frutos para atender às próprias necessidades é uma das condições primárias da liberdade entendida como não-servidão. As reformas agrárias do século XX desempenharam um papel importante na evolução para sociedades mais igualitárias. No entanto, essas reformas eram expressamente industrializantes: pretendiam aumentar a produção agrícola e implementar as técnicas agrícolas mais modernas. Assim, foram às vezes desenvolvidas em detrimento dos povos indígenas e pastoris ou mesmo em

[12] Entre aqueles que mais claramente articularam esse vínculo entre soberania alimentar e soberania popular está o intelectual e ativista egípcio Samir Amin, cujo trabalho continua a servir como referência vital. "A questão agrária, o acesso à terra para todos e a soberania alimentar estão no centro dos problemas a serem resolvidos. E a agricultura camponesa está emergindo como o caminho do futuro!" (Amin, 2017).

prejuízo de pequenos agricultores considerados atrasados. Essas reformas agrárias também foram cegas para as questões ambientais.

Quais são as características das reformas agrárias que a humanidade precisa no século XXI? Esta é uma das questões fundamentais que a Conferência Internacional sobre Reforma Agrária e Desenvolvimento Rural, a ser realizada na Colômbia, em fevereiro de 2026, terá de começar a responder. O que parece claro é que não existe uma reforma agrária única: o tipo de política e organização social necessária para a distribuição equitativa e uso sustentável da terra, da água e dos territórios depende fortemente das estruturas sociais e culturais de cada povo. A pluralidade de modelos de posse da terra é uma fonte de riqueza, desde que impeça alguns de monopolizar e mercantilizar terras, água e territórios em detrimento da maioria. Assim, uma perspectiva pluralista sobre reformas agrárias parece essencial.

Segundo, construir uma nova estrutura internacional de comércio baseada na soberania alimentar e na solidariedade internacional. Instituições monetárias, financeiras e comerciais internacionais – o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio (OMC) – desempenharam um papel central desde a segunda metade do século XX até o presente para garantir a hegemonia dos EUA, particularmente através do poder do dólar, fortalecendo o poder das corporações multinacionais contra as economias populares. Por meio da dívida, elas obrigaram muitos países do Sul Global, mas também do Norte (como a Grécia), a priorizar a exportação de bens em detrimento das necessidades econômicas, sociais e culturais de suas populações. Nos últimos anos, a Via Campesina começou a trabalhar em uma alternativa à OMC. Isso envolve priorizar a produção alimentar local, reconhecendo que o comércio internacional, se baseado nos princípios da soberania alimentar e da solidariedade internacional, pode ser benéfico. Assim, é necessário um novo marco multilateral, inserido na estrutura orgânica da ONU, sujeito à Carta dessa organização e aos enquadramentos internacionais de direitos humanos, de modo que o comércio internacional deixe de ser uma ferramenta de dominação capitalista e imperialista. O movimento camponês global espera usar o Terceiro Fórum Nyéléni para compartilhar seu trabalho sobre essa nova estrutura de comércio e integrar as contribuições de outros

componentes do movimento pela soberania alimentar e transformação sistêmica. Também se trata de desenvolver propostas de políticas nacionais de regulação de mercado público que garantam uma renda digna para trabalhadores da terra e da alimentação, ao mesmo tempo que assegurem preços acessíveis às populações que precisam comprar seus alimentos.

Terceiro, dar-nos os meios para generalizar a agroecologia e, mais amplamente, modos de produção e subsistência que respeitem a natureza e todas as formas de vida. Em todo o mundo, movimentos camponeses criaram escolas de agroecologia para treinar jovens a produzir cuidando da natureza. Outras organizações de pequenos produtores, como comunidades pesqueiras, incluindo costeiras, interioranas e das montanhas, também buscam formar novas gerações em práticas de pesca que respeitem águas e oceanos. Além de práticas produtivas, trata-se de desenvolver uma nova relação com a natureza e os seres vivos, que não seja mais baseada em uma perspectiva extrativista – na qual "produzimos" extraindo gradualmente recursos da natureza – mas no entendimento dos ciclos orgânicos e do poder da fertilidade. Conhecimentos tradicionais, especialmente os dos povos indígenas, estão no centro desse desejo de transformar os sistemas de subsistência. Obviamente, essa estratégia confronta os interesses de empresas multinacionais que buscam controlar o sistema alimentar global, apropriando territórios, privatizando sementes e eliminando saberes e conhecimentos tradicionais para impor técnicas de produção baseadas em produtos químicos, robotização e biotecnologia. Assim, generalizar a agroecologia exige desmantelar esses grandes cartéis agroindustriais e químicos e transformar profundamente nossos sistemas de produção e distribuição. Uma grande tarefa é imaginar a transformação mais ampla das economias industriais e de serviços de nossos países em modelos compatíveis com os limites planetários e que atendam às necessidades essenciais de todos os seres humanos de se alimentar, habitar, educar, curar e ser felizes.

Quarto, expandir a implementação dos direitos humanos. O reconhecimento de direitos aplicáveis a todos os humanos é uma conquista chave do século XX. No entanto, está claro que há um longo caminho da ideia à sua realização. Os movimentos sociais devem trabalhar em estratégias para tornar os direitos

humanos reais e efetivos, do direito à alimentação ao direito à saúde, da educação aos direitos das mulheres, dos direitos dos povos indígenas[13] aos direitos camponeses[14]. Os titulares de direitos são as populações, especialmente as mais marginalizadas, e os responsáveis pelo cumprimento são os Estados. É, portanto, essencial fortalecer políticas públicas locais, nacionais e internacionais que possibilitem a implementação concreta desses direitos. Isso exige reforçar e expandir os serviços públicos, da educação à saúde, da mobilidade à distribuição de água e energia, da alimentação à cultura. Essa estratégia requer forte convergência com os trabalhadores dos serviços públicos para apoiá-los frente às tentativas de privatização e mercantilização. Também exige que os movimentos sociais lutem por justiça fiscal: para implementar essas políticas públicas, os Estados precisam de recursos financeiros. Trata-se, portanto, de lutar coletivamente contra a evasão fiscal (especialmente paraísos fiscais) e dívidas ilegítimas que oneram as finanças públicas, participando da implementação de sistemas tributários novos e mais justos, mirando principalmente os muito ricos, empresas multinacionais e os modelos de produção mais poluentes, notadamente através de altos impostos sobre bens de consumo de luxo altamente nocivos, como viagens de jato privado ou cruzeiros. Pensar políticas públicas que possibilitem a concretização dos direitos humanos deve levar a caminhos diferentes para o Norte e o Sul Globais. No Sul, o desenvolvimento, inclusive industrial, é essencial para atingir esses objetivos, inclusive por meio de transferências de tecnologia e recursos financeiros na forma de reparações dos países ricos. No Norte Global, tornar-se menos dependente de recursos saqueados do Sul ou que excedem a capacidade dos ecossistemas exige repensar um modelo baseado no decrescimento. Para reduzir massivamente o consumo de recursos e a poluição, a proposta de Paul Aries (2007) de diferenciar entre uso e abuso é atraente. A ideia é garantir a todos um consumo mínimo de bens necessários para uma vida decente (água potável, eletricidade etc.), gratuitamente ou a preço simbólico, e estabelecer um preço exponencial à medida que o consumo aumenta. Dessa forma, o uso é protegido, mas o abuso é fortemente desincentivado.

[13] **Nota dos Editores:** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.
[14] **Nota dos Editores:** Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses e das Camponesas.

Finalmente, fortalecer o internacionalismo e combater a militarização e a repressão. Como demonstrado acima, agora é evidente que os ricos e poderosos deste mundo estão preparados (como sempre estiveram) para usar todos os meios para manter e aumentar seu poder, se necessário, recorrendo à guerra e ao genocídio contra povos. Em particular, buscam dividir as populações explorando diferenças religiosas, nacionais, étnicas, de cor de pele ou de gênero, para que a ira popular não se volte contra eles, mas contra segmentos da população que estão, muitas vezes, entre os mais marginalizados. Racismo, sexismo, nacionalismo chauvinista e fundamentalismo religioso são armas culturais da extrema direita. Diante dessa realidade, os movimentos sociais devem fortalecer radicalmente a educação política e, especialmente, o internacionalismo, promovendo a amizade entre os povos. Também têm a responsabilidade de defender a Carta das Nações Unidas e o direito internacional, promovendo a reforma das instituições multilaterais visando a extinção do Conselho de Segurança e o fortalecimento da participação democrática. Movimentos sociais devem desenvolver estratégias eficazes contra a militarização. Isso não significa desmontar todas as forças armadas nacionais: exemplos do Haiti e de países da África Ocidental mostram que países imperialistas aproveitam a falta de estruturas de defesa para manter seu poder coercitivo ou, usando gangues armadas ultraviolentas, criam situações de caos propícias à continuação do saque dessas nações. Mas os movimentos sociais precisam expor os vínculos entre a indústria armamentista capitalista e estratégias imperialistas, especialmente de países ocidentais, e fazer campanha ativa pelo banimento total das armas mais perigosas, como as nucleares e químicas, ou quando a fome é usada como arma de guerra.

Também se trata de denunciar a repressão crescente aos movimentos sociais. Não é incomum que armas produzidas para guerras sejam usadas para reprimir mobilizações populares. Resistir ao aumento generalizado dos gastos militares é a única forma de defender orçamentos substanciais para serviços públicos.

Para enfrentar o desafio de uma mudança social centrada no cuidado e na autonomia, cada uma dessas cinco grandes áreas de propostas deve ser informada pelo feminismo popular, como descrito acima. Isso envolve colocar

no centro a igualdade para todos e o cuidado com os mais vulneráveis, bem como com a natureza.

Quais estratégias para as lutas sociais?

Além do conteúdo programático, as estratégias desenvolvidas pelos movimentos sociais também devem levar em conta as novas demandas impostas pelo contexto dos limites planetários. Para tanto, apresentarei alguns requisitos estratégicos.

Antes de tudo, a gravidade da crise sistêmica que a humanidade enfrenta atualmente exige um alto nível de radicalismo. Radical significa enfrentar os problemas pela raiz. Mudanças cosméticas não serão suficientes para deter o aquecimento global ou conter crimes genocidas. No entanto, o radicalismo não deve rimar com sectarismo. Pelo contrário, chegou a hora não de disputas doutrinárias, mas da formação de vastas frentes, abertas e generosas, de resistência. O pluralismo deve estar no centro de nossas estratégias, tanto para sermos coerentes com nossos valores internacionalistas e, portanto, multiculturais, quanto para reunir as diversas forças sociais que concordam com os princípios de igualdade e liberdade para todos. É essencial criar e fortalecer pontes entre doutrinas intelectuais, particularmente entre os dois polos principais: o movimento igualitário, por um lado, e o movimento ambiental, voltado aos limites planetários, por outro. O ecossocialismo é um bom exemplo de conexão intelectual entre ambientalismo e marxismo, da mesma forma que a abordagem de Kohei Saito (2023) ao buscar textos escritos por Marx no final de sua vida, que ele interpreta como um "comunismo do decrescimento", ou o trabalho de Julien-François Gerber (2020), que mostra os vínculos entre estudos agrários críticos e decrescimento.

Nas últimas duas décadas, o movimento de soberania alimentar conseguiu criar uma ampla aliança entre diferentes setores de pequenos produtores, povos indígenas, organizações feministas e ambientais. Com o Terceiro Fórum Nyéléni, os movimentos de economia social e solidária e de saúde participaram do desenvolvimento de uma visão de transformação sistêmica. No entanto, esse movimento mais amplo não pode reivindicar sucesso em emergir das crises globais sem iniciar uma convergência séria com o outro grande polo

dos movimentos sociais: o movimento sindical. Assim, uma aliança com os sindicatos deve ser uma prioridade. Parece particularmente relevante alcançar sindicatos de serviços públicos e sindicatos com grande presença de mulheres trabalhadoras nos setores de cuidado, como de enfermeiros/as, professores/as e cozinheiros/as. Entretanto, também será necessário desenvolver perspectivas futuras e estratégias comuns com sindicatos mais tradicionais em torno da reconversão ecológica e social de grandes infraestruturas industriais. A convergência entre soberania alimentar e "transição justa", conceito usado pelos sindicatos para considerar a transição energética e ecológica, parece particularmente promissora.

Essas estratégias pressupõem que os movimentos sociais dediquem muita energia à formação política, em particular ao estudo coletivo e transversal da história das lutas sociais. Esta é uma das áreas em que a participação de pesquisadores e acadêmicos nos movimentos sociais pode ser particularmente importante, ajudando as organizações sociais a reconstruir uma "história popular".

Além disso, a estratégia dos movimentos sociais neste difícil contexto do início do século XXI deve levar em conta a ocorrência certa e iminente de eventos catastróficos. Esses eventos já fazem parte do nosso cotidiano: inundações, furacões, secas, guerras etc. É muito provável que se multipliquem e ganhem intensidade. Grandes convulsões sociais estão frequentemente ligadas a catástrofes. Na maioria das vezes, as classes dominantes usam os desastres para impor reformas antissociais, como explica Naomi Klein (2007). Mas avanços em direção a sociedades mais igualitárias também foram possíveis em tempos de grandes desastres: pense na Revolução Russa de 1917, em meio ao caos militar; nas grandes reformas sociais e independências permitidas após a Segunda Guerra Mundial; ou mesmo na Europa, no estabelecimento de sociedades camponesas igualitárias após a queda do Império Romano, no século IV. Se as elites conseguem fortalecer seu poder ou se o povo consegue retomar seu destino diante de desastres depende, em grande parte, do nível de preparação que os movimentos sociais podem desenvolver para antecipar, não os desastres, mas suas consequências diretas. Esse trabalho ainda nem começou, mas certamente se mostrará fundamental para inclinar o pêndulo da história em favor de sociedades mais igualitárias.

Por fim, como os acadêmicos podem participar e apoiar esse movimento?

Em primeiro lugar, parece-me que a questão não é tanto sobre o conteúdo da pesquisa, mas sobre as metodologias utilizadas. A separação entre "sábios" de um lado e "ignorantes" do outro contribui para sistemas de dominação. Camponeses, povos indígenas, mulheres em geral e muitos outros trabalhadores manuais foram frequentemente excluídos dos círculos de conhecimento. O conhecimento produzido por universidades e outras instituições muitas vezes foi usado para estabelecer a dominação dos "especialistas", frequentemente servindo às elites, sobre a maioria da população. Por isso, desenvolveu-se entre camponeses, povos indígenas e trabalhadores uma desconfiança em relação aos acadêmicos. Em resposta, há uma necessidade urgente de abandonar métodos de cima para baixo e implementar metodologias que envolvam a participação ativa de camponeses, mulheres, pastores, trabalhadores urbanos e rurais e povos indígenas na pesquisa, em igualdade com os acadêmicos. Cada etapa da pesquisa deve ser discutida entre pesquisadores e movimentos ou comunidades sociais para evitar qualquer extração do conhecimento popular sem consentimento.

Além disso, uma das dificuldades para os movimentos sociais em trabalhar com acadêmicos está ligada à fragmentação destes em estruturas individualistas ou até competitivas. Em resposta, é necessário desenvolver redes de acadêmicos-militantes que possam se engajar com os movimentos sociais e serem coletivamente responsáveis pelas decisões tomadas. Finalmente, alguns pesquisadores têm apenas uma compreensão fragmentária dos movimentos sociais. Em algumas regiões, particularmente no Norte Global, a própria ideia do que é um movimento social e seu papel nas estratégias de transformação social é amplamente ignorada nos círculos acadêmicos. Portanto, formar pesquisadores nas realidades dos movimentos sociais e pensar em como trabalhar com e/ou apoiar esses movimentos parece uma tarefa importante para fortalecer tanto a ciência que promove a transformação sistêmica quanto a cooperação ativa e frutífera entre pesquisadores e movimentos sociais.

Referências

AMIN, Samir. *La souveraineté au service des peuples, suivi de L'agriculture paysanne, la voie de l'avenir*. Publicetim, vol. 41. Genebra: Editions Cetim, 2017.

ARIES, Paul. *Le mésusage, essai sur l'hyper-capitalisme*. Lyon: Parangon VS, 2007.

BERLAN, Aurélien. *Terre et liberté; la quète d'autonomie contre le fantasme de la délivrance*. Saint-Michel-de-Vax: Editions La Lenteur, 2021.

CLASTRES, Pierre. *La société contre l'état*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1974.

Collectif Pièces et Main d'œuvre. *Manifeste des Chimpanzés du Futur contre le transhumanisme*. Grenoble: Service Compris, 2023.

FEDERICI, Silvia. *Caliban and the Witch: Women, the Body and Primitive Accumulation*. New York: Penguin, 2021.

GERBER, Julien-François. Degrowth and Critical Agrarian Studies. *The Journal of Peasant Studies*, vol. 47, nº 2, pp. 235–264, 2020.

GRAEBER, David. Interstitial Democracy. *Revue du MAUSS*, n° 26, pp. 41–89, 2005.

GRAEBER, David; WENGROW, David. *The Dawn of Everything: A New History of Humanity*. London: Allen Lane, 2021.

JARRIGE, François. *Technocritiques, du refus des machines à la contestation des technosciences*. Paris: La Découverte, 2014.

KLEIN, Naomi. *The Shock Doctrine: The Rise of Disaster Capitalism*. Canada: Knopf Canada, 2007.

LEFEBVRE, Georges. *La grande peur de 1789*. Paris: Editions Armand Colin, 2014.

LOSURDO, Domenico. *Contre-histoire du libéralisme*. Paris: Editions La Découverte, 2014.

MERCHANT, Carolyn. *The Death of Nature: Women, Ecology and the Scientific Revolution*. New York: Harper and Row, 1980.

MIES, Maria; BENNHOLDT-THOMSEN, Veronika. *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy*. London: Zed Books, 1999.

ORAIN, Arnaud. *Le monde confisqué: Essai sur le capitalisme de la finitude* (*XVIe-XXIe siècle*). Paris: Flammanirion, 2025.

PETRO, Gustavo. President Petro: The Unleash of Genocide and Barbarism on the Palestinian People Is What Awaits the Exodus of the Peoples of the South Unleashed by the Climate Crisis. *Prensa*, Presidencia de Colombia, 1º dez. 2023, 2023a. Disponível em: https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/President-Petro-The-unleash-of-genocide-and-barbarism-on-the-Palestinian-people-Is-What-awaits-the-exodus-231201.aspx. Acessado em 8 abril 2026.

PETRO, Gustavo. 2023b. The Global 1933. *Monthly Review Online*, 18 out. 2023, 2023b. Disponível em: https://mronline.org/2023/10/18/the-global-1933/. Acessado em 8 abril 2026.

PIKETTY, Thomas. Il faut taxer fortement les très hauts revenus. *Alternatives Economiques*, nº 276, January, 2009.

RAWORTH, Kate. *Doughnut Economics: Seven Ways to Think Like a 21st-Century Economist*. London: Random House, 2017.

SAITO, Kohei. *Marx in the Anthropocene, towards the Idea of Degrowth Communism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2023.

SCHEIDLER, Fabian. *The end of the Mega-Machine, a Brief History of a Failing Civilization*. Zero Books, 2020.

SCOTT, James C. *The Art of Not Being Governed: An Anarchist History of Upland Southeast Asia*. New Haven: Yale University Press, 2009.

SEN, Amartya. Democracy and Its Global Roots. *Journal of Democracy*, vol. 10, n. 3, pp. 3–17, 1999.

VEBLEN, Thorstein. *The Theory of the Leisure Class: An Economic Study of Institutions*. New York: Macmillan, 1899.

WALLERSTEIN, Immanuel. *World-Systems Analysis: An Introduction*. Durham: Duke University Press, 2004.

Como citar

ODY, Morgan. O movimento pela soberania alimentar pode realmente desempenhar um papel na transformação sistêmica? Liberdade, sociedades igualitárias e limites planetários. *Estudos Sociedade e Agricultura*, Rio de Janeiro, v. 34, n. 1, 2026, e2634101. DOI: https://doi.org/10.36920/esa34-1_01

Creative Commons License. This is an Open Acess article, distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License CC BY 4.0 which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium. You must give appropriate credit, provide a link to the license, and indicate if changes were made.